

ANTÓNIO JACINTO FERREIRA

Legislaturas: V.

Data de nascimento

- 1906-08-09.

Localidade

- Lisboa.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária (1928);
- Doutoramento em Veterinária.

Profissão

- Veterinário;
- Professor universitário.

Carreira profissional

- Veterinário Municipal de Palmela (1929);
- Estagiou no Matadouro Municipal de Lisboa e no Instituto Nacional de Higiene;
- Inspector de Sanidade Pecuária de Setúbal (1939).

Perfil político-ideológico

- Católico;
- Monárquico.
- Desenvolve acção doutrinária no jornal *O Debate*, de que foi director até 1974;
- Dirigente da Acção Católica Portuguesa;
- Presidente da Junta Directiva da Causa Monárquica;
- Presidente da Lugar-Tenência;
- Presidente do Conselho Central da Sociedade de S. Vicente de Paula.

Carreira político-administrativa

- Procurador à Câmara Corporativa (III e IV Legislaturas).

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
V	Lisboa	Economia.

Intervenções parlamentares

V Legislatura (1949-1953)

1.ª Sessão Legislativa (1949-1950)

- Requer, pelo Ministério da Economia, informações acerca da exclusão de uma comissão do professor de Química da Escola Superior de Medicina Veterinária e sobre a veracidade de ter sido incorporado óleo no azeite de consumo; pelo Ministério do Interior, informações sobre os motivos de publicação urgente do Decreto-Lei n.º 37.627 e sobre assuntos relativos a vacinas e animais raivosos, e, pela Direcção-Geral dos Serviços de Viação, informações sobre assuntos relativos a preços de passagens, transporte de passageiros e lugares para fiscalização.
- Discute a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1950, referindo-se ao imposto profissional, imposto sobre gasolina, imposto do desemprego e aumento de imposto e envia propostas de alteração, uma ao artigo 7.º e outra ao artigo 9.º e justifica uma sua proposta de redacção do artigo 7.º da mesma proposta de lei.
- Responde a umas observações do Sr. Águedo de Oliveira acerca daquela sua proposta e explica a razão da sua nova redacção ao artigo 9.º da mesma proposta de lei.
- Refere-se às informações que, recebeu sobre o Dispensário Anti-Rábico do Porto e intervenção da Direcção-Geral de Saúde na profilaxia geral da raiva, criticando a acção destas duas instâncias, e requer, informações, pelos serviços competentes, sobre assuntos relativos à Mocidade Portuguesa, sobre diplomas por escolas superiores, sobre funcionalismo e regime de entrada nas colónias dos indivíduos nelas nascidos ou residentes tendo cursos universitários portugueses ou estrangeiros.



- Reserva-se para, em melhor oportunidade, por ter de ser longo, responder às considerações do Sr. Domingos de Araújo sobre o Dispensário Anti-Rábico do Porto e agradece as referências que este Sr. Deputado lhe fez.
- Refere-se de novo à criação do Dispensário Anti-Rábico do Porto, a propósito de umas considerações do Sr. Domingos de Araújo em resposta a outras suas.
- Faz novas considerações sobre o assunto da adição de óleo de amendoim no azeite de consumo.
- Discute a proposta da Comissão de Legislação e Redacção para a antecipação da revisão constitucional.
- Esclarece por que não se refere aos factos indicados pelo Sr. Bustorff da Silva sobre certo estado sanitário dos reprodutores bovinos adquiridos na Holanda.
- Discute o aviso prévio do Sr. Sousa da Câmara acerca da maneira como tem sido conduzido em Portugal o problema de investigação científica.
- Refere-se a assuntos que interessam aos transportes colectivos e à questão do azeite com óleo, a que já aludiu.
- Pretende fazer algumas considerações sobre o discurso do Sr. Sousa da Câmara acerca da investigação científica.
- Protesta contra certas referências feitas à sua pessoa em um discurso no final do debate sobre investigação científica.
- Requer que, pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, lhe sejam fornecidas algumas informações sobre abonos e salários.
- Refere-se à pretensão do Sindicato dos Médicos Veterinários de usar a designação de Ordem e à necessidade de ser publicado o regulamento do exercício da mesma profissão.
- Discute as Contas Gerais do Estado relativas a 1948.
- Refere-se ao Fundo Nacional do Abono de Família.
- Explica o sentido de uma expressão pronunciada num seu discurso anterior.

2.ª Sessão Legislativa (1950-1951)

- Considera o estado precário da Biblioteca Nacional e pede, com urgência, as necessárias providências.
- Apresenta um aviso prévio acerca da colocação condigna dos diplomados pelas Universidades.
- Realiza o seu aviso prévio sobre a situação dos recém-formados que não conseguem obter colocação compatível com a categoria social a que ascenderam.
- Apresenta uma moção sobre este seu aviso prévio.
- Apresenta um aviso prévio sobre a educação moral e cívica da juventude portuguesa, a propósito do qual insta por informações já solicitadas.
- Discute a proposta de lei de revisão da Constituição e do Acto Colonial.
- Pede as providências necessárias para o cumprimento da Lei n.º 2 030, no que respeita à avaliação de prédios urbanos, e refere-se à insatisfação de um seu pedido de elementos referentes à Mocidade Portuguesa.
- Justifica a sua retirada da sala das sessões ao proceder-se à votação da proposta de resolução do Sr. Dinis, da Fonseca sobre a marcação da eleição do Chefe do Estado.

3.ª Sessão Legislativa (1951-1952)

- Discute na generalidade a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1952.
- Requer informações sobre receitas arrecadadas pela Câmara Municipal de Oeiras em certos anos, sobre processos de indemnização por terrenos expropriados, quando da última guerra, na ilha de S. Miguel, sobre firmas subsidiadas pelo Fundo do Fomento Industrial e sobre terrenos apropriados julgados necessários para as solenidades do encerramento do Ano Santo, em Fátima.
- Refere-se à situação dos jornalistas desportivos em face da organização corporativa.
- Faz considerações em volta da posição do Estado junto de companhias como accionista e obrigacionista.
- Refere-se à importância da Amadora, que justifica a sua elevação a sede de concelho.
- Discute o aviso prévio do Sr. Sá Carneiro acerca do Decreto-Lei n.º 37.666, que alterou a lei do registo e do notariado.
- Requer, pelo Ministério da Economia, diversas informações acerca do comércio do açúcar.
- Requer informações respeitantes à Sociedade Industrial de Alhandra, e à percentagem cobrada pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência nos anos de 1945 a 1951, ao abrigo, do § único do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 35.410.
- Faz largas considerações respeitantes às actividades da Mocidade Portuguesa, feminina e masculina.

4.ª Sessão Legislativa (1952-1953)

- Discute na generalidade a proposta de lei relativa ao Plano de Fomento.
- Requer, pela Câmara Municipal de Lisboa, informações relativas: ao imposto de incêndios recebido de companhias seguradoras pela Câmara Municipal em 1950, 1951 e 1952; à verba relativa à manutenção do corpo de bombeiros; às disposições que regem o serviço de vistorias municipais às habitações vagas; ao valor por metro quadrado de terrenos leiloados para casas; pelo Ministério das Finanças, elementos

acerca da média das percentagens de aumento de rendas requerido por proprietários as comissões de avaliação e actuação destas; pelo Ministério das Obras Públicas, cópia das disposições que regem as relações entre as Companhias das Aguas e do Gás e Electricidade e os proprietários urbanos em matéria de fornecimentos e reparações.

- Fala sobre o que corre acerca do mandado de despejo pela Câmara Municipal de Lisboa de estabelecimentos localizados nos vãos das escadas.
- Refere-se a assuntos vários que interessam a marinha mercante.
- Considera como reprodução fiel o relato das suas palavras no *Diário das Sessões* n.º 197 ao referir-se a assuntos da marinha mercante e repele um aparte que lhe fez o Sr. Henrique Tenreiro.
- Refere-se às considerações do Sr. Quelhas Lima respeitantes ao que disse em uma anterior sessão sobre factos relacionados com a marinha mercante.
- Entra no debate do aviso prévio do Sr. Paulo Cancela de Abreu relativo à execução da lei de amnistia.
- Refere-se de novo à acção da Mocidade Portuguesa a propósito de um comunicado desta.
- Refere-se à representação de um oficial do Exército a cumprir pena de prisão no Forte da Graça e da qual recebeu cópia.
- Refere-se à cobrança pela Caixa Geral de Depósitos da taxa de 0,5 por cento sobre os depósitos das instituições de previdência e refere-se a uma nota a publicar no Diário das Sessões referente a factos que se relacionam com a marinha mercante.